

Colombo
Agroindústria S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas das Demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Colombo Agroindústria S.A.
Ariranha – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Colombo Agroindústria S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Colombo Agroindústria S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Veja as Notas 7.f e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo menos a despesa de venda, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC - 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola.</p> <p>A determinação do valor justo menos a despesa de venda requer a utilização de premissas e estimativas, que incluem entre outras: a área estimada de colheita, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de ATR e taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo menos a despesa de venda, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados ao processo de estimativa do valor justo dos ativos biológicos.- Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:<ul style="list-style-type: none">(i) Avaliamos se a apuração do valor justo foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, atendendo assim às determinações do CPC 29;(ii) Avaliamos se as premissas utilizadas na apuração do valor justo são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e se os argumentos apresentados são razoáveis;(iii) Avaliamos se os dados base, incluindo as premissas macroeconômicas, utilizados na apuração do valor justo são condizentes com a data de elaboração do cálculo e são provenientes de fontes confiáveis; e(iv) Conferimos os cálculos matemáticos da apuração do valor justo.- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão adequadas em relação aos requerimentos das políticas contábeis aplicáveis a transação. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores justo dos ativos biológicos e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 03 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-027666/0-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Colombo Agroindústria S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	868.633	894.256	Fornecedores	18	212.293	150.428
Contas a receber	10	201.666	148.305	Empréstimos e financiamentos	19	48.804	198.751
Estoques	11	309.306	246.728	Instrumentos financeiros derivativos	24	8.642	22.376
Ativo biológico	13	776.788	708.975	Parcerias agrícolas a pagar	16	237.612	270.863
Adiantamentos a fornecedores	12	128.387	103.465	Arrendamentos a pagar	16	14.826	26.252
Impostos a recuperar	14	91.261	66.768	Impostos e contribuições a recolher	20	35.138	19.980
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25	105.078	83.257	Imposto de renda e contribuição social a recolher	25	31.058	19.516
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.548	24.584	Salários e encargos a recolher		42.531	31.397
Outros ativos		6.653	5.200	Adiantamentos de clientes		6.303	6.500
				Dividendos a pagar		84.552	42.131
				Outras obrigações		33.369	41.140
Total do ativo circulante		2.494.320	2.281.538	Total do passivo circulante		755.128	829.334
Não circulante				Não Circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	3	Outras obrigações		44.539	59.117
Impostos a recuperar	14	5.835	2.610	Empréstimos e financiamentos	19	1.793.351	1.641.439
Depósitos judiciais	15	25.724	25.685	Instrumentos financeiros derivativos	24	23.257	11.623
				Parcerias agrícolas a pagar	16	978.630	1.103.459
Total do realizável a longo prazo		31.559	28.298	Arrendamentos a pagar	16	59.833	63.945
Investimentos		201	201	Provisão para demandas judiciais	21	45.235	38.925
Direito de uso	16	1.269.767	1.414.744	Passivo fiscal diferido	25	121.712	156.730
Imobilizado	17	2.199.096	2.065.026	Total do passivo não circulante		3.066.557	3.075.238
				Patrimônio líquido			
				Capital social		1.612.787	1.456.934
				Reservas de lucros		472.688	332.053
				Ajustes de avaliação patrimonial		87.783	96.248
				Total do patrimônio líquido		2.173.258	1.885.235
Total do ativo não circulante		3.500.623	3.508.269	Total do passivo		3.821.685	3.904.572
Total do ativo		5.994.943	5.789.807	Total do passivo e patrimônio líquido		5.994.943	5.789.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	26	3.161.203	2.669.066
Varição do valor justo de ativos biológicos	13	8.338	82.277
Custo dos produtos vendidos	27	<u>(2.226.690)</u>	<u>(2.050.802)</u>
Lucro bruto		<u>942.851</u>	<u>700.541</u>
Despesas com vendas	27	(187.483)	(131.480)
Despesas administrativas	27	(105.670)	(86.118)
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	10	(2.287)	(1.916)
Outras receitas	28	126.478	145.393
Outras despesas	29	<u>(6.943)</u>	<u>(4.444)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>766.946</u>	<u>621.976</u>
Receitas financeiras	30	254.358	174.710
Despesas financeiras	30	<u>(517.439)</u>	<u>(477.581)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(263.081)</u>	<u>(302.871)</u>
Resultado antes dos impostos		503.865	319.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	35.018	(25.386)
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	<u>(182.876)</u>	<u>(39.586)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(147.858)</u>	<u>(64.972)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>356.007</u>	<u>254.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	356.007	254.133
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente total	<u><u>356.007</u></u>	<u><u>254.133</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de março de 2022	1.220.543	44.054	260.194	-	-	104.752	1.629.544
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	8.504	(8.504)	-
Integralização de capital	236.391	-	-	-	-	-	236.391
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	254.133	-	254.133
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	-	72.903	(72.903)	-	-
Reserva legal	-	12.707	-	-	(12.707)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(42.131)	-	(42.131)
Dividendos distribuídos	-	-	(192.702)	-	-	-	(192.702)
Reserva para retenção de lucros	-	-	134.897	-	(134.897)	-	-
Saldos em 31 de março de 2023	1.456.934	56.761	202.389	72.903	-	96.248	1.885.235
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	8.465	(8.465)	-
Integralização de capital	155.853	-	-	-	-	-	155.853
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	356.007	-	356.007
Reserva legal	-	17.800	-	-	(17.800)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(84.552)	-	(84.552)
Dividendos distribuídos	-	-	(139.285)	-	-	-	(139.285)
Reserva para retenção de lucros	-	-	262.120	-	(262.120)	-	-
Saldos em 31 de março de 2024	1.612.787	74.561	325.224	72.903	-	87.783	2.173.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		356.007	254.133
Ajustes para:			
Depreciação	27	48.909	33.580
Provisão (Reversão) para contingências		6.310	3.421
Amortização Lavoura	27	277.808	298.940
Amortização de entressafra	27	230.830	165.434
Amortização de direito de uso	27	330.210	396.514
Provisão para perda de estoque		(549)	(3.139)
Redução decorrente de colheita (trato)	27	308.169	288.396
Resultado na venda de ativo imobilizado	28	(6.540)	(11.418)
Perdas (ganhos) não realizados com derivativos	30	1.570	(33.500)
Juros de empréstimos e financiamentos	30	202.667	218.499
Amortização de custos de empréstimo	30	3.563	2.911
Juros de parcerias e arrendamentos	30	134.268	111.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	(35.018)	25.386
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	182.876	39.586
Valor justo Cbíos	28	53.465	41.729
Provisão estimada para perdas com créditos	10	2.287	1.916
Valor justo do ativo biológico	13	(8.338)	(82.277)
Contas a receber		(55.669)	(3.547)
Estoques		(154.160)	106.383
Adiantamentos a fornecedores		(24.922)	(11.056)
Impostos a recuperar		(279.952)	(37.334)
Outros ativos		(1.460)	(857)
Depósitos judiciais e outros		(39)	(1.464)
Fornecedores		61.863	4.050
Instrumentos financeiros derivativos		(12.551)	67.000
Impostos e contribuições a recolher		267.402	(13.356)
Imposto de renda e contribuição social		(42.052)	(606)
Salários e encargos a recolher		11.143	4.528
Adiantamentos de clientes		(197)	(21.066)
Outras obrigações		(22.350)	24.615
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.835.550	1.868.795
Juros pagos sobre empréstimos	19	(162.071)	(142.684)
Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	16	(102.591)	(61.004)
Imposto de renda e contribuição social pagos	25	(151.103)	(79.733)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.419.785	1.585.374
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	17	(383.429)	(412.779)
Recebimento por venda de imobilizado		16.041	22.201
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	17	(355.284)	(320.594)
Investimentos em ativo biológico - tratos culturais	13	(379.198)	(326.405)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(1.101.870)	(1.037.577)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de Capital		155.853	236.391
Empréstimos e financiamentos tomados	17	411.268	445.357
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(181.416)	(276.521)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	19	(453.462)	(546.987)
Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	16	(302.701)	(360.520)
Instrumentos financeiros derivativos (Recebidos) pagos	24	26.920	(2.845)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(343.538)	(505.125)
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(25.623)	42.672
Demonstração da (diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		894.256	851.584
No fim do exercício		868.633	894.256
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(25.623)	42.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Colombo Agroindústria S.A. (“ Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, a companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todos no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como atividades preponderantes a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação e a comercialização de (i) açúcar cristal, (ii) açúcar refinado (iii) açúcar demerara (iv) açúcar orgânico (v) etanol anidro (vi) etanol hidratado e (vii) cogeração de energia elétrica.

Através da sua marca própria “Açúcar Caravelas” a Companhia comercializa o açúcar cristal, açúcar refinado e açúcar demerara.

Aproximadamente 85% da cana de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 15% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para a maturação e início de colheita. O período anual de safra da Companhia inicia em abril e termina até dezembro. O exercício social da Companhia se encerra em 31 de março de cada ano.

A Companhia é controlada pela holding Angelina Colombo Participações S.A com participação de 98,41% no capital votante.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pelo Administração da Companhia em 03 de junho de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos e base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativa:

Nota explicativa nº 16 – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com expectativa razoável da administração da sua manutenção, exercendo a opção de prorrogação; e

As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir:

b. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 13.

c. Ativos imobilizado

O tratamento contábil dos ativos imobilizados inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de impairment. Ativos imobilizado que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para

impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. vide Notas 17.

d. Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos.

As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Para mais detalhes, vide Nota 21.

e. Passivo de arrendamento e direito de uso

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 16.

f. Ativo/Passivo fiscal diferido

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

g. Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no qual segue a metodologia simplificada de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de (PCLD), a Companhia calcula esse Impairment do contas a receber criando uma matriz de idade de saldo do contas a receber (Nota 10), com base nessa matriz e nas classificações de créditos “rating” dos clientes que compõem o saldo do contas a receber é calculado a Poviação de Perdas estimadas em Crédito de liquidação duvidosa.

h. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota Explicativa nº 13 – Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e

Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo biológico é mensurado pelo valor justo.

6. Mudanças nas principais políticas contábeis

a) Imposto diferido relacionado a passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados.

b) Imposto mínimo complementar global

A Companhia verificou antecipadamente e não tem nenhum impacto material relacionado a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações, quando ocorrem, fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente, se fosse aplicável. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras..

c) Informações de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

7. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio usando como referência a Ptax nas datas das transações.

b. Receita de contrato com cliente

Etanol

Embora um pequeno percentual das vendas seja realizado por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses) ou de longo prazo (mais de 12 meses), a maioria das vendas são realizadas no mercadospot. Os volumes contratados consistem em termos de volume fixo com preços variáveis. O preço de venda é determinado com base no índice relevante (ESALQ SP) mais um diferencial de base dependendo da localização do cliente final e condições de envio. A Companhia reconhece a receita quando atende às obrigações de desempenho nos termos dos contratos e tendo ocorrido a transferência do controle de seus produtos para seus clientes.

Açúcar

Embora uma pequena porcentagem das vendas sejam contratos à vista ou de longo prazo (mais de 12 meses), as vendas de açúcar são normalmente realizadas por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses) com preços e volumes fixos estipulados no contrato. O preço é determinado por meio de negociações com os clientes e geralmente é baseado no preço futuro da mercadoria comparável mais um diferencial de base dependendo da localização do cliente final e dos termos de envio. A Companhia reconhece a receita quando atende às obrigações de desempenho nos termos dos contratos e tendo ocorrido a transferência do controle de seus produtos para seus clientes.

Energia

A energia é negociada por meio de contratos à vista ou de curto prazo (até 12 meses). Para os contratos de curto prazo, o preço pode ser fixo ou variável com base no índice relativo de mercado dependendo das negociações com os clientes e do risco que a Companhia deseja mitigar. A receita é reconhecida quando a energia está disponível na linha de transmissão.

c. Reconhecimento de incentivos fiscais – subvenção para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia.

A subvenção para investimento do imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é registrado a crédito na rubrica de outras receitas **Nota 28**. A Companhia reconhece a subvenção para investimento em Reserva de incentivos fiscais no Patrimônio líquido.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- (a) Receita de juros;
- (b) Despesa de juros;
- (c) Rendimento de aplicações financeiras;
- (d) Receitas e despesa de operações com derivativos;
- (e) Receitas e despesa líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- (f) Valor contábil bruto do ativo financeiro;
- (g) Custo amortizado do passivo financeiro;

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da

aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

g. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques ao custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando um produto não possui movimentação dentro do período de um ano e não é considerado estratégico pela Companhia.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e fazendas não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

Os custos da manutenção periódica são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos.

Demais reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe de ativo Imobilizado	2024	2023
Edifícios	1,67%	1,67%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas, equipamentos e instalações	5,00%	5,00%
Veículos pesados	5,00%	5,00%
Veículos leves	10,00%	10,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Plantio de cana	20,00%	20,00%
Equipamentos de informática	33,33%	33,33%
Manutenção Entressafra	100,00%	100,00%

(iv) Manutenção de entressafra

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos ocorridos na manutenção de equipamentos industriais, veículos e máquinas agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para amortização na safra seguinte.

i. Arrendamentos e direito de uso

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia, equivalente a aproximadamente 100% do CDI para os arrendamentos reconhecidos.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Vigências Contratuais	2024	2023
1 ano	6,45%	10,80%
2 anos	9,03%	11,26%
3 anos	10,47%	11,53%
4 anos	11,85%	10,82%
5 anos	9,08%	10,83%
6 anos	9,09%	11,21%
7 anos	11,34%	11,17%
8 anos	11,33%	10,88%
9 anos	12,04%	11,07%
10 anos em diante	10,77%	11,60%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir

compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para

determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados

utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes, vide Nota 24.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de

Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8. Normas novas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo entraram em vigor após 1º abril de 2023. A Companhia, não adotou antecipadamente, na preparação dessas demonstrações financeiras.

a) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está sempre avaliando se possíveis impactos como esse e suas alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. O que até então, não é aplicável as tratativas da Companhia.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

9. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos - Mercado Interno	2.866	1.092
Caixa e bancos - Mercado Externo	9.897	58.723
Aplicações financeiras	855.870	834.441
	868.633	894.256
Total	868.633	894.256

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxa de 92% a 109% (98% a 110% em 31/03/2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº24.

10. Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber - Mercado interno	202.014	150.488
Contas a receber - Mercado Externo	4.122	-
(-) Provisão perda esperada	(4.470)	(2.183)
	201.666	148.305
	201.666	148.305

As contas a receber são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

Representado substancialmente por saldos a receber referentes à venda de açúcar e

etanol no mercado interno.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota explicativa nº 24.

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	2024	2023
Valores a vencer	189.610	139.518
Vencidos		
Até 30 dias	13.495	9.549
De 31 a 60 dias	1.058	259
De 61 a 90 dias	1.302	281
De 91 a 180 dias	499	765
Acima de 360 dias	172	117
	16.526	10.970
Total vencidos	16.526	10.970
Total	206.136	150.488

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes é assim apresentada:

	2024	2023
Saldo inicial	(2.183)	(13.896)
Reversão de provisão títulos vencidos acima de 360 dias	2.526	13.629
Complemento de provisão	(4.813)	(1.916)
	(4.470)	(2.183)
Saldo Final	(4.470)	(2.183)

Na avaliação da administração o montante de R\$ 4.470 (R\$ 2.183 em 31/03/2023) representa a melhor estimativa para perdas esperadas com créditos.

11. Estoques

	2024	2023
Produtos acabados:		
Açúcar	24.280	24.369
Etanol	57.230	27.563
	81.511	51.932
Créditos de descarbonização:		
CBIOS	7.318	2.055
	7.318	2.055
Materiais de consumo:		
Almoxarifado e Outros (i)	81.557	64.887
Matéria prima e Embalagens	14.704	9.867
Combustíveis e Lubrificantes	10.055	9.034
Insumos Agrícolas e industriais	117.352	112.693
	223.668	196.481
Provisão obsoletos	(3.191)	(3.740)
	309.306	246.728
Total	309.306	246.728

- (i) A Companhia provisionou seus estoques que estão a mais de 360 dias sem movimentação, esses estoques são classificados como estratégicos e tem como finalidade evitar a interrupção das operações.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados quando necessário, por provisão para redução ao valor de realização.

Em 31 de março de 2024, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e baixa rotatividade e/ou obsoletos.

A movimentação na provisão dos estoques é assim apresentada:

Saldo em 31 de março 2022	<u>(6.879)</u>
Reversão (Complemento) de provisão perdas estimadas e baixa rotatividade e/ou obsoletos	3.139
Saldo em 31 de março 2023	<u>(3.740)</u>
Reversão (Complemento) de provisão perdas estimadas e baixa rotatividade e/ou obsoletos	549
Saldo em 31 de março 2024	<u><u>(3.191)</u></u>

12. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de serviços, insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.

	2024	2023
Adiantamentos – compra de cana-de-açúcar	53.350	32.926
Adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços	74.642	66.938
Adiantamentos – compra de açúcar para revenda	395	3.601
Total	<u><u>128.387</u></u>	<u><u>103.465</u></u>

13. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia correspondem às canas em pé cultivadas nas lavouras de cana-de-açúcar que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e bioenergia no momento da sua colheita.

O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente.

O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de até dois anos, considerando as estimativas de data efetiva de corte da cana em pé.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado.

Em 31 de março de 2024, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo consolidado:

Análise das Premissas	2024	2023
Área estimada de colheita (hectares)	97.587	90.638
Produtividade média prevista (tons de cana/hectares)	103,27	98,59
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	141,06	138,01
Valor do Kg de ATR - (R\$)	1,18	1,279

A Companhia aumentou a área estimada de colheita (hectares) em razão da recuperação das variações climáticas.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, impactado pelo aumento da produtividade decorrente da recuperação da seca e das geadas que acometeram a região no exercício de 31 de março de 2023.

A movimentação consolidada dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

Saldo em 31 de março de 2022	596.849
Aumento devido às novas plantações - Trato	326.405
Redução decorrente de colheita (trato)	(296.556)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	82.277
Saldo em 31 de março de 2023	708.975
Aumento devido às novas plantações - Trato	379.198
Redução decorrente de colheita (trato)	(319.723)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	8.338
Saldo em 31 de março de 2024	776.788

Em 31 de março de 2024 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos WACC é de 5,82% ao ano (31 de março de 2023 foi de 7,27%).

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

(i) preço da tonelada de cana-de-açúcar:

Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 24.714.

(ii) volume de produção de cana-de-açúcar:

Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 41.716

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas.

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos e estabelece políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras.

A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar originada das suas plantações.

Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de comercialização com a oferta e demanda do mercado.

A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de comercialização estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- o preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- a produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor);
- a taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes de mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais.

A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas.

Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos operacionais, veja a Nota Explicativa 24.

14. Impostos a recuperar

Os saldos dos impostos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

A composição dos saldos de impostos a recuperar é a seguinte:

	2024	2023
ICMS (i)	13.504	6.209
PIS e COFINS (ii)	80.977	60.776
Outros	2.615	2.393
Total	97.096	69.378
Circulante	91.261	66.768
Não circulante	5.835	2.610

- (i) **ICMS:** O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48 e por créditos apurados na aquisição de insumos agrícolas e industriais, sobretudo combustíveis, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (ii) **PIS e COFINS:** O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS. Esses créditos poderão ser compensados com outros tributos federais.

Em 11 de março de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 192/2022 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (“GLP”), garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda cadeia econômica.

15. Depósitos judiciais

Os Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis, tributárias e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de créditos tributários.

Os Depósitos judiciais são corrigidos na sua maioria, pela taxa referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

A composição dos saldos de recuperar depósitos judiciais é a seguinte:

	2024	2023
IPI sobre vendas de açúcar (i)	11.523	11.523
Trabalhista	12.302	12.293
Cível	1.117	1.117
Outros	783	752
Total	25.724	25.685

- (i) Refere-se a depósitos judiciais do IPI sobre o açúcar no período de julho de 2007 a março de 2009 pelo fato de a Companhia considerar a inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A Companhia reconheceu o passivo correspondente.

16. Direito de uso e Arrendamentos

a) Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas passaram a atender as definições de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2020, no caso específico da Companhia, pela incorporação das atividades da antiga coligada Companhia Agrícola Colombo. Antes da incorporação os contratos eram detidos por esta Companhia e estes não se enquadravam nas premissas do normativo CPC 06(R2), visto que a Companhia Agrícola Colombo detinha o direito de uso e acesso à terra, mas não realizava nenhum pagamento ao parceiro.

b) Movimentação do direito de uso

	Arrendamentos agricolas	Parcerias Agrícolas	Total
Saldo 31/03/2022	76.667	1.511.268	1.587.935
Adições novos contratos - sem efeito caixa	27.603	234.624	262.227
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	894	21.051	21.945
Amortização	(39.551)	(417.812)	(457.363)
Saldo 31/03/2023	65.613	1.349.131	1.414.744
Adições novos contratos - sem efeito caixa	3.304	66.101	69.405
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	1.610	26.412	28.022
Amortização	(21.165)	(221.239)	(242.404)
Reclassificação	20.122	(20.122)	-
Saldo 31/03/2024	69.484	1.200.283	1.269.767

(i) A remensuração dos contratos ocorre com a atualização do índice de preço da tonelada de cana-de-açúcar, disponibilizado pela consecana, atualizando o fluxo de pagamentos futuros, alterando o passivo de arrendamento e o direito de uso.

A amortização do direito de uso seguirá o fluxo de amortização no período de safra, compreendido entre abril e novembro de cada ano fiscal, na proporção da entrada de cana colhida nas áreas objeto de arrendamento e parcerias.

O Prazo médio de amortização dos contratos de arrendamento os quais estão vinculados com esses direitos de uso é de aproximadamente 7 safras a contar da adoção inicial do CPC 06 (R2).

c) Movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento

	Arrendamentos agrícolas	Parcerias Agrícolas	Total
Saldo em 31/03/2022	84.817	1.405.660	1.490.477
Adição de novos contratos	27.603	234.624	262.227
Remensuração do contrato	894	21.051	21.945
Pagamento principal	(22.414)	(338.106)	(360.520)
Pagamento juros	(7.057)	(53.947)	(61.004)
Atualização de juros	6.354	105.040	111.394
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31/03/2023	90.197	1.374.322	1.464.519
Passivo Circulante	26.252	270.863	297.115
Passivo Não Circulante	63.945	1.103.459	1.167.404
Adição de novos contratos	3.304	66.101	69.405
Remensuração do contrato	1.610	26.412	28.022
Pagamento principal	(46.659)	(256.042)	(302.701)
Pagamento juros	(15.916)	(86.675)	(102.591)
Atualização de juros	22.001	112.246	134.247
Reclassificação dos contratos	20.122	(20.122)	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31/03/2024	74.659	1.216.242	1.290.901
Passivo Circulante	14.826	237.612	252.438
Passivo Não Circulante	59.833	978.630	1.038.463

Os contratos classificados como passivo de arrendamento têm a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Parceria Agrícola		Arrendamento	
	Valor Futuro	Valor Presente	Valor Futuro	Valor Presente
Safra 2024/2025	260.185	237.612	16.234	14.826
Safra 2025/2026	243.137	202.779	20.379	16.996
Safra 2026/2027	223.502	170.231	17.286	13.166
Safra 2027/2028	185.939	129.335	16.114	11.208
Safra 2028/2029	133.698	84.929	11.313	7.187
Safra 2029/2030	91.040	52.814	4.149	2.407
Safra 2030/2031	81.673	43.269	3.983	2.110
Safra 2031/2032	80.940	39.161	3.739	1.809
Safra 2032/2033	84.981	37.549	4.094	1.809
Apartir da safra 2033	649.454	218.564	9.334	3.141
	2.034.550	1.216.242	106.625	74.659

17. Imobilizado

Custo	2023	Adição	Amortizações	Baixas	Transferência	2024
Terras	4.675	-	-	-	-	4.675
Edifícios e benfeitorias	106.360	111	-	-	7.586	114.057
Móveis e utensílios	8.518	1.912	-	-	6	10.436
Veículos	292.572	36.339	-	(11.295)	24.097	341.713
Máquinas e implementos agrícolas	224.989	86.108	-	(13.588)	747	298.256
Máquinas, equipamentos e instalações	944.250	11.932	-	(542)	47.556	1.003.196
Equipamentos de informática	20.717	802	-	-	-	21.519
Imobilizado em andamento	31.323	90.977	-	-	(56.105)	66.195
Manutenção de entressafra	635.147	153.946	-	(400.269)	-	388.824
Lavouras de cana	1.737.487	355.284	-	-	-	2.092.771
Outras imobilizações	6.802	1.302	-	-	-	8.104
Adto. para aquisição de imobilizado	23.887	-	-	-	(23.887)	-
Total	4.036.727	738.713	-	(425.694)	-	4.349.746
Depreciação						
Edifícios e benfeitorias	(32.832)	(1.963)	-	-	-	(34.795)
Móveis e utensílios	(5.735)	(320)	-	-	-	(6.055)
Veículos	(194.310)	(12.207)	-	6.893	-	(199.624)
Máquinas e implementos agrícolas	(88.693)	(21.075)	-	9.366	-	(100.402)
Máquinas, equipamentos e instalações	(557.559)	(35.459)	-	379	-	(592.639)
Equipamentos de informática	(11.706)	(1.733)	-	-	-	(13.439)
Manutenção de entressafra	(400.269)	-	(234.874)	400.269	-	(234.874)
Lavouras de cana	(680.597)	-	(288.225)	-	-	(968.822)
Total	(1.971.701)	(72.757)	(523.099)	416.907	-	(2.150.650)

Custo	2022	Adição	Amortizações	Baixas	Transferência	2023
Terras	4.675	-	-	-	-	4.675
Edifícios e benfeitorias	105.916	30	-	-	414	106.360
Móveis e utensílios	8.153	350	-	-	15	8.518
Veículos	281.456	31.170	-	(19.496)	(558)	292.572
Máquinas e implementos agrícolas	224.783	24.426	-	(23.022)	(1.198)	224.989
Máquinas, equipamentos e instalações	886.093	37.931	-	(402)	20.628	944.250
Equipamentos de informática	20.426	291	-	-	-	20.717
Imobilizado em andamento	15.298	38.254	-	(2.928)	(19.301)	31.323
Manutenção de entressafra	380.965	254.182	-	-	-	635.147
Lavouras de cana	1.416.893	320.594	-	-	-	1.737.487
Outras imobilizações	4.544	2.258	-	-	-	6.802
Adto. para aquisição de imobilizado	-	23.887	-	-	-	23.887
Total	3.349.202	733.373	-	(45.848)	-	4.036.727

Depreciação

Edifícios e benfeitorias	(30.981)	(1.851)	-	-	-	(32.832)
Móveis e utensílios	(5.458)	(277)	-	-	-	(5.735)
Veículos	(200.725)	(9.019)	-	15.434	-	(194.310)
Máquinas e implementos agrícolas	(91.438)	(16.578)	-	19.323	-	(88.693)
Máquinas, equipamentos e instalações	(527.586)	(30.281)	-	308	-	(557.559)
Equipamentos de informática	(9.868)	(1.838)	-	-	-	(11.706)
Manutenção de entressafra	(230.154)	-	(170.115)	-	-	(400.269)
Lavouras de cana	(373.199)	-	(307.398)	-	-	(680.597)
Total	(1.469.409)	(59.844)	(477.513)	35.065	-	(1.971.701)

Imobilizado líquido	2024	2023
Terras	4.675	4.675
Edifícios e benfeitorias	79.262	73.528
Móveis e utensílios	4.381	2.783
Veículos	142.089	98.262
Máquinas e implementos agrícolas	197.854	136.296
Máquinas, equipamentos e instalações	410.557	386.691
Equipamentos de informática	8.080	9.011
Manutenção de entressafra	66.195	234.878
Imobilizado em andamento	153.950	31.323
Lavouras de cana	1.123.949	1.056.890
Outras imobilizações	8.104	6.802
Adto. para aquisição de imobilizado	-	23.887
Total	2.199.096	2.065.026

Imobilizado líquido	2023	2022
Terras	4.675	4.675
Edifícios e benfeitorias	73.528	74.935
Móveis e utensílios	2.783	2.695
Veículos	98.262	80.731
Máquinas e implementos agrícolas	136.296	133.345
Máquinas, equipamentos e instalações	386.691	358.507
Equipamentos de informática	9.011	10.558
Manutenção de entressafra	234.878	150.811
Imobilizado em andamento	31.323	15.298
Lavouras de cana	1.056.890	1.043.694
Outras imobilizações	6.802	4.544
Adto. para aquisição de imobilizado	23.887	-
Total	2.065.026	1.879.793

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 e 2023, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

a) Bens consignados em garantia

A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, cujos saldos estão descritos a seguir:

	2024	2023
Veículos	-	3.262
	-	3.262

b) Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 e 2023, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

c) Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2024	2023
Abertura das adições:		
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	355.284	320.594
Outras aquisições de imobilizado	383.429	388.892
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	738.713	709.486

18. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de bens e serviços (i)	164.182	126.091
Fornecedores compra de cana de açúcar (ii)	48.111	24.337
Total	212.293	150.428

- (i) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de materiais e serviços correspondente a aquisições de máquinas e equipamentos, bem como serviços contratados no país em moeda nacional.
- (ii) Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue durante a safra corrente e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de março de 2024 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente.

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade dos empréstimos

Passivo circulante	2024	2023
Finame	-	1.324
Capital de Giro	46.167	125.722
Debêntures	6.661	74.288
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	754	940
	53.582	202.274
(-) Custos de transação a amortizar	(4.778)	(3.523)
	48.804	198.751
Passivo não circulante		
Finame	-	1.938
Capital de Giro	602.157	734.514
Debêntures	773.222	500.470
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	436.050	418.677
	1.811.429	1.655.599
(-) Custos de transação a amortizar	(18.078)	(14.160)
	1.793.351	1.641.439
Total	1.842.155	1.840.190

As parcelas classificadas no passivo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2024	2023
Safra 2024/2025	53.582	-
Safra 2025/2026	692.325	202.274
Safra 2026/2027	400.246	245.461
Safra 2027/2028	177.221	375.108
Safra 2028/2029	177.167	623.765
Safra 2029/2030	170.824	393.582
Safra 2030/2031	170.790	-
	1.842.155	1.840.190

Movimentação dos empréstimos

31 de março de 2024

Banco	Saldo final 31/03/2023	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 31/03/2024
Capital de Giro	860.236	120.000	108.655	(335.027)	(105.541)	-	648.323
CRA	419.618	-	35.945	-	(18.760)	-	436.804
Debentures	574.758	300.000	58.053	(115.186)	(37.742)	-	779.883
FINAME	3.263,00	-	14	(3.249)	(28)	-	-
Total	1.857.875	420.000	202.667	(453.462)	(162.071)	-	1.865.010
(-) Custos de transação a amortizar	(17.685)	(8.733)	-	-	-	3.563	(22.855)
Total	1.840.190	411.268	202.667	(453.462)	(162.071)	3.563	1.842.155

31 de março de 2023

Banco	Saldo inicial 31/03/2022	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 31/03/2023
Capital de Giro	805.401	445.357	105.258	(425.713)	(72.873)	-	857.430
CRA	398.458	-	39.246	-	(18.088)	-	419.616
Debentures	645.948	-	71.169	(93.588)	(48.771)	-	574.758
FINAME	33.883	-	2.826	(27.686)	(2.952)	-	6.071
Total	1.883.690	445.357	218.499	(546.987)	(142.684)	-	1.857.875
(-) Custos de transação a amortizar	(20.596)	-	-	-	-	2.911	(17.685)
Total	1.863.094	445.357	218.499	(546.987)	(142.684)	2.911	1.840.190

a. **Termos e cronograma de amortização da dívida**

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2024		2023	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Capital de giro	R\$	CDI + (0,80% a 1,58%) a.a.	11,41%	De 2025 a 2031	603.023	619.519	849.719	883.707
Capital de giro	R\$	Taxa Pré	8,04%	De 2025 a 2026	45.300	44.486	7.711	7.634
Debêntures	R\$	IPCA + 5,48% a 6,63%	11,90%	De 2028 a 2031	779.883	816.735	457.729	463.391
Debêntures	R\$	CDI + 2,05 a.a.	15,05%	De 2025 a 2025	-	-	117.029	115.859
Finame	R\$	Taxa Pré (2,50% a 10,50%) a.a.	10,05%	De 2023 a 2024	-	-	6.071	6.193
CRA	R\$	IPCA + 4,45%	11,05%	De 2026 a 2027	436.804	445.780	419.616	449.145
Total					1.865.010	1.925.928	1.857.875	1.925.928

Covenants

O Grupo possui cláusulas restritivas de contrato de financiamento junto as instituições financeiras, sendo as seguintes:

Apresentar, durante toda a vigência do contrato, os seguintes índices:

- Índice de liquidez corrente;
- Dívida líquida/EBITDA;
- Dívida líquida/PL;
- EBITDA/resultado financeiro líquida menos cambial.

Garantias

	Modalidade	Valor
Aval, AFiduciária de Ativo Imobilizado	Finame	-
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	Capital de Giro	648.324
Aval PJ	Debêntures	779.883
Aval PJ	CRA	436.804
		1.865.011

20. Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
IRRF	2.377	1.442
ICMS	19.127	5.466
INSS	10.264	10.148
FGTS	1.918	1.465
PIS e COFINS	536	477
Outros	916	982
Total	35.138	19.980

21. Provisão para demandas judiciais

A movimentação das contingências trabalhistas apresentadas ocorreu da seguinte forma:

Provisão para demandas judiciais 31/03/2022	35.504
Adições no exercício	4.629
Reversões no exercício	(1.208)
Provisão para demandas judiciais 31/03/2023	38.925
Adições no exercício	7.309
Reversões no exercício	(999)
Provisão para demandas judiciais 31/03/2024	45.235

A Companhia não possui processos prováveis de perda de natureza tributária e cível. Todas as contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis de natureza possível estão estimados no montante de R\$ 102.589 (R\$ 71.496 em 31 de março de 2023).

Os assessores jurídicos da Companhia estimam ser risco possível ou remoto a probabilidade de perda na defesa apresentada, não tendo sido constituído, desta forma, provisão, conforme práticas contábeis.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos	Natureza
Trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, e periculosidade e verbas rescisórias) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 9.475
Ambiental	Autos de infração ambiental de diversas naturezas (queima de cana, queima de áreas de preservação permanente, entre outras) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 44.754.
Tributária, Cível e Administrativos	Processos cíveis e administrativos de diversas naturezas, (danos morais e materiais por acidentes de trânsito, Autos de infração de trânsito e questionamentos de obrigações contratuais), no montante de R\$ 48.360.

22. Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social está representado em milhares de reais no montante de R\$ 1.612.787 na quantidade de 1.503.870 ações ordinárias (em 31 de março de 2023 os valores em milhares de reais R\$ 1.456.934 na quantidade de 1.389.038 ações ordinárias) todas nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 06 de julho de 2023 os acionistas aprovaram um aumento de capital social no montante de R\$ 155.853 em moeda corrente na forma de Integralização de capital, com emissão de novas ações no montante de 114.832, mediante a integralização de capital em moeda corrente.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com artigo da Lei 6.404/76 a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações estatutárias e legais conforme proposta de Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO)

A proposta de constituição de Reserva de Lucros, no montante de R\$ 262.120, visa fazer frente ao plano de investimentos para o próximo exercício.

O montante dos lucros retidos da Companhia conforme proposta de orçamento de capital será destinado à aplicação em investimentos previstos, os investimentos contemplam modernização e renovação da planta industrial, renovações e ampliações do canal, projetos como o biometano e biogás e na construção de uma fábrica de açúcar.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado das reservas legal e de incentivos fiscais conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Saldo em 31 de março de 2022	83.820
Dividendos do exercício	234.832
Pagamentos	(276.521)
Saldo em 31 de março de 2023	42.131
Dividendos do exercício	223.837
Pagamentos	(181.416)
Saldo em 31 de março de 2023	84.522

Os dividendos consolidados, incluem dividendos a pagar aos acionistas não controladores, os quais serão submetidos à aprovação em assembleia de acionistas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

23. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia objetiva equilibrar as fontes de recursos próprios e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é

apresentada a seguir:

	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos	1.842.155	1.840.190
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(868.633)	(894.256)
(+/-) Instrumentos derivativos	25.351	9.412
(=) Dívida líquida (A)	<u>973.522</u>	<u>945.934</u>
Total do patrimônio líquido (B)	2.173.258	1.885.235
Relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido (A/B)	0,44	0,50

24. Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, os quais são equalizados e administrados por meio de determinados instrumentos financeiros:

- (a) Risco de preço;
- (b) Risco de crédito
- (c) Risco de liquidez
- (d) Risco de taxa de câmbio
- (e) Risco de taxa de juros;

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Exposição a risco de preço

A Companhia possui políticas específicas de tesouraria e trading que definem um direcionamento para gerenciamento de riscos, nunca operando com derivativos além do nocional total do ativo ou passivo adjacente.

Para monitoramento das atividades e asseguarção do cumprimento das políticas, a Companhia possui o comitê de riscos que se reúne semanalmente para analisar o comportamento do mercado de commodities (açúcar) e de câmbio com o objetivo de deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das

exportações ou importações de produtos, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços das commodities e na taxa de câmbio.

Exposição a riscos de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos.

A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9	868.633	894.256
Contas a receber	10	201.666	148.305
Outros créditos		6.653	5.200
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.548	24.587
		1.083.500	1.072.348

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Exposição a risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados

com pagamentos ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	212.293	212.293	212.293	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.842.155	2.658.995	148.787	292.158	1.722.700	495.350
Dividendos a pagar	84.552	84.552	84.552	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31.899	31.899	8.642	23.257	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.216.242	2.034.550	260.185	243.137	543.139	988.089
Arrendamentos a pagar	74.659	106.625	16.234	20.379	33.400	36.612
Outras contas a pagar	77.908	77.908	33.369	44.539	-	-
	3.539.708	5.206.822	764.063	623.469	2.299.239	1.520.051

31 de março de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	150.428	150.428	150.428	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.840.190	2.978.778	261.097	569.350	460.640	1.687.691
Dividendos a pagar	42.131	42.131	42.131	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33.999	33.999	22.376	11.623	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.374.322	2.102.354	335.736	281.474	569.446	915.698
Arrendamentos a pagar	90.197	116.168	31.120	26.152	34.416	24.480
Outras contas a pagar	100.257	100.257	56.892	43.365	-	-
	3.631.524	5.524.115	899.780	931.964	1.064.502	2.627.869

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição a riscos cambiais

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos são denominados. As moedas funcionais da Companhia são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas R\$.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	9.898	58.723
Contas a receber	10	4.122	-
		14.020	58.723

(a) Análise de sensibilidade - Risco de moeda

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e a apreciação sobre a taxa de câmbio de R\$/USD 4,9956 utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis.

Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Em 31 de março de 2024

31 de março de 2024	Provável	Alta				Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%		
Cenários							
Caixa e equivalentes de caixa	9.896	2.475	4.949	(2.475)	(4.949)		
Contas a receber	4.122	1.031	2.061	(1.031)	(2.061)		
	14.018	3.505	7.010	(3.505)	(7.010)		

Em 31 de março de 2023:

	Provável	Alta		Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Cenários					
Caixa e equivalentes de caixa	58.632	14.658	29.316	(14.658)	(29.316)
	58.632	14.658	29.316	(14.658)	(29.316)

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas com as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa.

Exposição a risco taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural no risco de flutuação de taxa de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxa pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, Swaps foram contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (Libor).

		Valor contábil	
	Notas	2024	2023
Aplicações financeiras (Pós-fixado)	9	(855.870)	(834.441)
Empréstimos e financiamentos (Pós-fixado)	19	1.842.155	1.840.190
		986.285	1.005.749

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e *NDF - Non-Deliverable Forward*), a fim de proteger as variações entre o dólar americano e o real e a variação da taxa de juros.

A posição dos contratos destes instrumentos financeiros derivativos com fluxo em aberto em 31 de março de 2024, por vencimento e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	(Fair value)	
						2024	2023
NDF - Termo de Moedas	Bradesco	05/10/2023	27/12/2024	8.418	5,1034 a 5,3341	1.372	10.005
	BTG			636	4,9200 a 5,8879	-	333
NDF - Termo de Moedas	Pactual	11/10/2022	18/01/2024				
NDF - Termo de Moedas	Santander	05/02/2024	26/11/2024	3.030	5,0390 a 5,1439	4	-
NDF - Termo de Moedas	Citibank	05/10/2023	25/10/2024	1.684	5,2549 a 5,2790	181	1.227
NDF - Termo de Moedas	Rabobank	05/10/2023	30/10/2024	7.727	5,0736 a 5,3337	639	1.931
NDF - Termo de Moedas	Festone	16/02/2024	15/04/2024	5.598	5,7296 a 5,7297	(25)	632
NDF - Termo de Moedas	Br partners	13/06/2022	06/07/2024	9.524	5,4295 a 5,4845	-	1.552
NDF - Termo de Moedas	ABC	25/04/2022	26/09/2024	1.340	5,7520 a 5,7600	-	659
NDF - Termo de Moedas	XP Inv.	15/12/2022	07/11/2024	1.315	5,6215 a 5,8161	-	1.110
NDF - Termo de Moedas	Itaú	27/09/2022	15/08/2024	728	5,2304 a 5,2305	108	4.382
						2.279	21.831

Modalidade	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional	Taxa Passiva (Instituição)	(Fair value)	
						2024	2023
SWAP Dívida	Bradesco	25/06/2019	19/05/2026	70.000	CDI + 1,50%	(1.677)	(5.241)
SWAP Dívida	Br partners	10/08/2021	17/07/2028	211.121	CDI + 5,48%	(5.558)	(1.279)
SWAP Dívida	Br partners	09/02/2024	17/02/2031	150.000	CDI + 1,15%	(2.481)	
SWAP Dívida	XP Inv.	29/02/2024	17/02/2031	150.000	CDI + 1,15%	(1.854)	-
SWAP Dívida	XP Inv.	13/03/2023	12/03/2027	418.317	CDI + 4,44%	(12.661)	(3.698)
SWAP Dívida	Itaú	13/08/2021	17/08/2028	200.000	CDI + 5,48%	(6.630)	(2.080)
						(30.861)	(12.298)

Consolidado

Modalidade	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional	Paridade inicial	(Fair value)	
						2024	2023
Swap Commodities (Sugar)	Festone	16/03/2023	30/09/2024	26.683 TON	2.128 a 2.232	3.231	(18.945)
						3.231	(18.945)

A seguir apresentamos os instrumentos financeiros derivativos por natureza e classificação de acordo com o período de liquidação:

	2024	2023
SWAP	(27.630)	(31.243)
NDF	<u>2.279</u>	<u>21.831</u>
	<u>(25.351)</u>	<u>(9.412)</u>
Ativo circulante	6.548	24.584
Ativo não circulante	-	3
Passivo circulante	(8.642)	(22.376)
Passivo não circulante	(23.257)	(11.623)

(a) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundas desta operação no resultado do exercício. Em 31 de março de 2024, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Instrumentos financeiros derivativos realizados	26.920	(2.845)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	<u>(25.351)</u>	<u>(30.655)</u>
	<u>1.570</u>	<u>(33.500)</u>
(-) IR e CS Diferidos	<u>8.619</u>	<u>10.423</u>
Efeito líquido no resultado da Companhia	<u>10.189</u>	<u>(23.077)</u>

Mensuração do valor justo

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2024	Notas	Valor contábil			Valor justo			Total
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.548	-	6.548	-	6.548	-	6.548
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa - Bancos	9	855.870	12.763	868.633				
Contas a receber	10		201.666	201.666				
Adiantamentos a fornecedores	12		128.387	128.387				
Outros créditos			6.653	6.653				
Depósitos judiciais	15		25.724	25.724				
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	31.899	-	31.899	-	31.899	-	31.899
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	18		212.293	212.293				
Outras contas a pagar			77.908	77.908				
Parceria agrícola a pagar	16		1.216.242	1.216.242				
Arrendamento a pagar	16		74.659	74.659				
Empréstimos e financiamentos	19		1.842.155	1.842.155				

31 de março de 2023

	Notas	Valor contábil			Valor justo			
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	24.587	-	24.587	-	24.587	-	24.587
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	9	834.441	59.815	894.256				
Contas a receber	10		148.305	148.305				
Adiantamentos a fornecedores	12		103.465	103.465				
Outros ativos			5.200	5.200				
Depósitos judiciais	15		25.685	25.685				
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	33.999	-	33.999	-	33.999	-	33.999
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	18		150.428	150.428				
Outras contas a pagar			100.257	100.257				
Parceria agrícola a pagar	16		1.374.322	1.374.322				
Arrendamento a pagar	16		90.197	90.197				
Empréstimos e financiamentos	19		1.840.190	1.840.190				

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

	2023	Resultado	2024
Provisão para contingências	12.734	2.146	14.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.249	777	2.026
Variação do valor justo do ativo biológico	(114.282)	(2.835)	(117.117)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	40.986	32.241	73.227
Variação de derivativos não realizada	3.200	5.419	8.619
Variação cambial não realizada	1.719	(1.091)	628
Diferença de taxa	(14.805)	(6.015)	(20.820)
Custo atribuído	(82.091)	6.579	(75.512)
Custo Aquisição CRA	(6.013)	(1.758)	(7.771)
Provisão estoque obsoleto	1.272	(187)	1.085
CBIOS	(699)	(1.788)	(2.487)
Outras diferenças temporárias		1.530	1.530
Imposto diferido líquido	(156.730)	35.018	(121.712)

	2022	Resultado	2023
Provisão para contingências	11.571	1.163	12.734
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.895	(2.646)	1.249
Variação do valor justo do ativo biológico	(86.308)	(27.974)	(114.282)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	18.164	22.822	40.986
Variação de derivativos não realizada	(7.223)	10.423	3.200
Variação cambial não realizada	5.494	(3.775)	1.719
Diferença de taxa	(18.609)	4.069	(14.540)
Custo atribuído	(88.733)	6.642	(82.091)
Custo Aquisição CRA	(7.003)	725	(6.278)
Provisão estoque obsoleto	2.339	(1.067)	1.272
Prejuízo fiscal do exercício	34.020	(34.020)	-
CBIOS	-	(699)	(699)
Outras diferenças temporárias	1.049	(1.049)	-
Imposto diferido líquido	(131.344)	(25.386)	(156.730)

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e recolher

	2024	2023
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	104.022	79.733
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	1.056	3.524
	<u>105.078</u>	<u>83.257</u>

Passivo circulante

Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>(31.058)</u>	<u>(19.516)</u>
	(31.058)	(19.516)

	2024	2023
Estimativas de IR e CSLL pagas		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	137.140	67.102
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	13.963	12.631
	<u>151.103</u>	<u>79.733</u>

c. Conciliação imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	503.865	319.105
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: Alíquota fiscal combinada	171.314	108.496
Adições e exclusões permanentes:		
Doações a entidades filantrópicas e desportivas	(5.784)	(2.069)
Tributação na fonte sobre venda de créditos de CBIOS	(9.666)	(7.871)
Recuperação de indêbitos	(6.239)	
Crédito outorgado ICMS	-	(24.787)
Outras adições e exclusões permanentes	<u>(1.767)</u>	<u>(8.797)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>147.858</u>	<u>64.972</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(182.876)	(39.586)
Imposto de renda e contribuição social diferido	35.018	(25.386)
Alíquota fiscal efetiva	(29%)	(20%)

26. Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	2024	2023
Mercado interno		
Açúcar	1.587.228	1.296.334
Etanol	1.329.258	1.243.380
Cbios	64.442	52.475
Outras vendas	24.429	27.496
	<u>3.005.357</u>	<u>2.619.685</u>
Mercado externo		
Açúcar	648.520	404.046
	<u>648.520</u>	<u>404.046</u>
Receita bruta	<u>3.653.877</u>	<u>3.023.731</u>
(-) Impostos s/vendas	(436.350)	(310.408)
(-) Devoluções a abatimentos	(56.324)	(44.257)
Total da receita	<u><u>3.161.203</u></u>	<u><u>2.669.066</u></u>

27. Despesas por natureza

	2024	2023
Matéria prima	332.315	270.306
Despesas com pessoal	304.163	260.094
Despesas com manutenção	166.120	135.197
Combustíveis e lubrificantes	126.916	118.771
Fretes, transportes e armazenagem	162.900	117.235
Depreciação	48.909	33.580
Amortização do direito de uso	330.210	396.514
Amortização do ativo biológico	308.169	288.396
Amortização da lavoura de cana	277.808	298.940
Amortização de entressafra	230.830	165.434
Outras despesas	50.597	25.384
CBios	48.203	39.674
Serviços prestados - pessoa jurídica	124.264	106.171
Taxas e contribuições	8.439	12.704
	2.519.843	2.268.400
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(2.226.690)	(2.050.802)
Despesas com vendas	(187.483)	(131.480)
Despesas administrativas e gerais	(105.670)	(86.118)
	(2.519.843)	(2.268.400)

28. Outras receitas

	2023	2023
CBIOs (i)	53.465	41.729
Recuperações diversas	4.780	7.703
Venda de sucatas	4.818	3.955
Venda de imobilizado	6.540	11.418
Crédito Extemporâneo	-	2.983
Crédito IRPJ e CSLL (ii)	18.350	-
Reversão de contingências	-	3.262
Crédito ICMS (iii)	34.111	-
Crédito Outorgado ICMS	-	72.903
Outras diversas	4.414	1.440
	126.478	145.393

(i) CBIOs

Venda de créditos de descarbonização (CBIOS) gerados conforme previsto pela lei 13.576/2017 que criou o Renovabio, utilizada como incentivo da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Tais ativos são emitidos através de metas de descarbonização e são comercializados em bolsa.

A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio

(ii) Crédito IRPJ e CSLL

Créditos judicial de imposto de renda e contribuição social conforme processo R.F.B.13.868.721920/2024-92,

incidentes sobre os juros de mora e correção monetária acrescidos aos indêbitos tributários.

(iii) Crédito ICMS em relação aos combustíveis no regime monofásico

Dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto. Convênio ICMS 199/22

29. Outras Despesas

	2024	2023
Provisão para contingências	(5.762)	(4.397)
Indenizações trabalhistas e cíveis	(373)	(47)
Outras diversas	(808)	-
	(6.943)	(4.444)

30. Financeiras líquidas

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros	10.136	6.212
Variações cambiais ativas	906	9.073
Rendimento aplicações financeiras	86.171	74.662
Operações com derivativos	146.575	82.304
Outras	10.570	2.459
	254.358	174.710
Despesas financeiras		
Juros passivos consorcio	(20.594)	(15.035)
Empréstimos e Financiamentos	(202.667)	(218.498)
Passivo de arrendamento	(134.268)	(111.394)
Variações cambiais passivas	(101)	(8.969)
Operações com derivativos	(145.005)	(115.804)
Amortização de custos de empréstimo	(2.355)	(2.911)
Comissões liquidação antecipada	(3.563)	-
Outros	(8.886)	(4.970)
	(517.439)	(477.581)
Resultado financeiro líquido	(263.081)	(302.871)

31. Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bianualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo.

b. Operações com pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

Não foram pagos valores a título de:

(a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);

(b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);

(c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e

(d) remuneração baseada em ações.

c. Principais saldos

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 são saldos de dividendos referente ao exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023.

	Ativo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo circulante				
Angelina Colombo Participações S.A.	(83.261)	(42.131)		
Outros	(1.290)			
Saldo a pagar referente a compra de cana-de-açúcar				
João Colombo Agrícola S.A.	-	(99)	-	-
Custo dos produtos vendidos				
Compra de matéria-prima				
João Colombo Agrícola S.A.	-	-	(34.522)	(34.522)
	(84.552)	(42.230)	(34.522)	(34.522)

32. Compromissos

A Companhia possui diversos acordos no mercado de açúcar etanol e energia, os volumes desses acordos estão assim apresentados:

Etanol Hidratado	187.023	[m ³]
Etanol Anidro	110.184	[m ³]
Total	297.208	[m³]
Exportação Cristal	2.976.000	Sacas 50kg
Exportação VHP	35.000	Sacas 50kg
Cristal MI	-	Sacas 50kg
Total	3.011.000	Sacas 50kg

33. Eventos subsequentes

A Companhia celebrou um contrato de empréstimo de 55 milhões com o Banco CHINA CONSTRUCTION BANK em 29 de abril de 2024. O empréstimo possui uma taxa de juros ao ano de CDI + 1,19%, com base na taxa CDI, e um prazo de amortização de 5 anos. Os recursos serão utilizados para expandir a capacidade produtiva e melhorar as operações.

* * *

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Anderson Roberto Travagini
Rogerio Aparecido Ferreira de Azevedo

Conselheiro

Sergio Augusto Colombo
Flavio Eduardo Colombo
Marcio Benedito Colombo
Carlos Augusto Colombo
Carlos Roberto Colombo
Maria Lúcia Colombo Villas Boas
Fredy Assis Colombo

Contador

Marco Aurelio Belotti
TC CRC 149.826